

UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESCRITA E FALA NO LIVRO DIDÁTICO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS, 8º ANO”: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA.

Karla Adrielly da Costa*

Nagyla Sabrine Oliveira Rocha*

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir as consequências dos equívocos referentes às modalidades escritas e faladas da língua portuguesa que contemplam o tema da variação linguística no livro didático “Português: linguagens, 8º ano” de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Nossa base teórica está alicerçada principalmente em Bagno (2013), Marcuschi (2010), entre outros que tratam das relações entre a fala e a escrita. Como metodologia, adotamos a pesquisa qualitativa e bibliográfica. Como resultado foi possível perceber como alguns equívocos encontrados no livro didático podem interferir no processo de aprendizagem dos alunos submetidos às atividades propostas pelo mesmo. Concluímos que essa pesquisa é importante para subsidiar o trabalho do professor com a língua em uso na sala de aula, em interações orais ou escritas.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita; Fala; Variação linguística; Livro didático.

1. Introdução

Foi somente no século XX, com o nascimento da ciência linguística, que a língua falada passou a ser considerada como verdadeiro objetivo de estudo científico. Afinal, a língua falada é língua tal como foi aprendida pelo falante em seu primeiro contato com a família e com a comunidade, logo nos primeiros anos de vida.

Desse modo, partindo da visão de língua como um conjunto de práticas sociais, Marcuschi (2010) defende que não é possível realizar investigações sobre a oralidade e o letramento sem articulá-los a seus papéis na civilização contemporânea. Da mesma maneira, não é possível estabelecer semelhanças e diferenças entre os contrapontos formais dessas práticas, ou seja, a fala e a escrita, sem associá-las a seus usos cotidianos.

O presente trabalho foi motivado por estudos realizados na disciplina de Sociolinguística ministrada pelo professor Dr. Marco Antonio Bonfim na turma do 3º período do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Serão discutidas aqui as consequências dos equívocos referentes às modalidades escritas e faladas que contemplam o tema da variação linguística, encontrados no Livro Didático (LD) Português: Linguagens, “8º ano” de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães.

Partindo do ponto de vista teórico proposto por Marcos Bagno (2013) no livro “Sete erros aos quatro ventos” onde o mesmo enumera os sete erros mais comuns encontrados nos livros didáticos, esse trabalho é baseado no erro cinco intitulado por: A escrita como ideal, e se constituirá da seguinte maneira: discutiremos sobre a relação entre a fala e a escrita, sobre a abordagem da variação linguística em sala de aula, e por fim como os equívocos encontrados podem interferir no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

* Graduanda do 3º período do curso de Letras com habilitação em Língua Espanhola pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

* Graduanda do 3º período do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Tendo em vista o trabalho com a língua em sala de aula, sabemos que é como língua escrita que ela é ali mais estudada, mas é como língua oral que se dá seu uso mais comum no dia a dia. Além disso, a criança, o jovem ou o adulto já sabe falar com propriedade e eficiência comunicativa sua língua materna quando entra na escola, e sua fala influencia a escrita, sobretudo no período inicial da alfabetização, já que a fala tem modos próprios de organizar, desenvolver e manter as atividades discursivas. Esse aspecto é importante e permite entender um pouco mais as relações sistemáticas entre oralidade e escrita e suas inegáveis influências mútuas.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Variações linguísticas em sala de aula

Um conceito muito importante na sociolinguística é o de variedade linguística, que significa um dos muitos “modos de falar” uma língua. Esses diversos modos de falar se relacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução, etc.

O estudo sobre a variação linguística é de suma importância no meio educacional, e é necessário que o professor aborde durante suas aulas de língua portuguesa. Não só a escola, mas todos os educadores devem saber que a variação linguística existe e que “nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico.” (BAGNO, 2007, p.52).

O papel da escola enquanto entidade de ensino é apresentar as normas linguísticas para os alunos através de uma ferramenta crucial: o livro didático. É necessário que o professor analise bem na escolha do material, a fim de que sejam atendidas as necessidades de cada aluno e que essa ferramenta o ajude nesse processo de ensino aprendizagem. Mas não basta somente se utilizar do livro didático, a língua portuguesa e os seus ensinamentos necessitam de outras ferramentas.

Podemos perceber que existem livros que abordam a variação linguística de maneira superficial, mas também existem outros que abordam de maneira mais aprofundada, deixando claro seus principais objetivos, levando principalmente a facilitar o entendimento dos alunos nesse processo linguístico.

Segundo Bagno (2007, p.119), o tratamento da variação linguística nos livros didáticos continua sendo um tanto problemático. Podemos observar, em muitas obras, uma vontade sincera dos autores de combater o preconceito linguístico e de valorizar a multiplicidade linguística do português brasileiro. Mas a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho que se faz nessas obras em torno dos fenômenos de variação e mudança.

O professor deve buscar refletir acerca de suas práticas pedagógicas e não visar apenas trabalhar as regras gramaticais, mas buscar também compreender e respeitar as diferenças linguísticas encontradas na sala de aula, sem discriminar a fala do aluno, mostrando principalmente a eles que existem diferentes tipos de situação e que cada situação exige o uso da língua de modos diferenciados.

Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) – será mais bem explicado no item 3.3 – “o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa” (BRASIL, 1998, p.82). É recomendável que os professores de língua, com base nos PCNs e junto à equipe pedagógica, elaborem propostas voltadas para discussão da presença da variação linguística com seus educandos, mostrando

que existem diferentes modos de falar em uma sociedade, a fim de refletir sobre as consequências que se pode ter de um preconceito à determinada variante linguística e os prejuízos causados à vida de cada educando, seja na escola ou fora dela, por causa de tal atitude preconceituosa.

É importante ressaltar que a linguística defende o trabalho com a variação linguística, porém a escola deve oferecer os diversos saberes linguísticos e orientar aos seus alunos a ocasião em que cada uma pode e deve ser utilizada, já que a linguística prima pela adequação da variedade às situações comunicativas, pois dessa forma consequentemente estará respeitando a cultura dos educandos e fazendo com que eles não sejam discriminados por sua forma de falar.

Também é de fundamental importância construir uma maneira adequada de como se trabalhar a variação linguística em sala de aula, uma questão que já está bastante fundamentada teoricamente, porém que necessita ser posta em prática para que os objetivos do ensino da Língua sejam cumpridos, diminuindo a presença do preconceito linguístico e desenvolvendo no aluno a competência comunicativa em seus diferentes contextos discursivos.

É de extrema necessidade que os professores também observem não só a questão da variação linguística, mas também mostrem e conscientizem os educandos de outros tipos de variantes e o combate ao preconceito linguístico que ocorre em relação às mesmas. Nesse sentido, é importante que a escolha do LD pelo professor ajuste-se às necessidades dos educandos, ou seja, que ofereçam propostas de aprendizagem que atendam à percepção da existência das variantes linguísticas e não apenas a estudos de regras e conceitos gramaticais. Assim, o LD deverá levar em consideração em seus conteúdos a questão da valorização da variação linguística, além de o professor adequar os conteúdos à realidade dos educandos.

2.2 A relação entre a fala e a escrita

Marcuschi (2010) aponta, como um fator relevante para compreender a maneira como são tratadas as relações entre fala e escrita, o status que a escrita ganhou ao longo do tempo. Por outro lado, ressalta que o homem é principalmente caracterizado pela fala, e não pela escrita. Nenhum desses fatores, no entanto, pressupõe que uma das modalidades é superior à outra, ou que a escrita é uma mera representação da fala. Ambas são, na visão do autor, práticas de uma mesma língua, com características diferentes, mas que não supõem dois sistemas distintos.

Ainda de acordo Marcuschi (2010), é importante indagar se “as relações entre fala e escrita são uniformes, constantes e universais, ou se elas são diversificadas na história, no espaço e nas línguas” (MARCUSCHI, 2010, p. 26). A partir dessa indagação, ele destaca várias maneiras de observar essas relações e, ao mesmo tempo, busca sugerir a maneira que ele acredita ser a mais adequada para tratar essas duas modalidades da língua. Uma dessas maneiras é a que se apoia numa dicotomia, ou seja, abordam-se a fala e a escrita como sendo opostas. Isso se dá porque os autores que trabalham nessa perspectiva se centram no código linguístico, sem se preocupar com os usos da língua ou com a produção textual.

Foi essa perspectiva, de acordo com Marcuschi (2010), que originou o prescritivismo de uma única norma linguística. Vê-se aqui a clara influência da concepção de linguagem como expressão do pensamento, a qual não contempla os usos e as situações de produção dos discursos. É dessa perspectiva que derivou a divisão entre língua falada e língua escrita, tendo cada uma das modalidades propriedades específicas e exclusivas, como se pode ver no quadro abaixo:

Fala	Escrita
------	---------

Contextualizada	Descontextualizada
Dependente	Autônoma
Implícita	Explícita
Redundante	Condensada
Não Planejada	Planejada
Imprecisa	Precisa
Não Normatizada	Normatizada
Fragmentária	Completa

Fonte: Marcuschi (2010, p. 27)

Desta forma, Marcuschi salienta que afirmar que a modalidade falada, por ser espontânea e apresentar hesitações, repetições, etc., não segue regras é um equívoco, pois, assim como na escrita, na fala há normas a serem seguidas, caso contrário a comunicação não se estabeleceria. O que ocorre é que as ferramentas usadas na fala são diferentes das utilizadas na escrita: na fala usamos gestos, mímicas, entonação etc., já na escrita utilizamos diferentes formas, cores e tamanhos para as letras, além de nos servirmos de símbolos, elementos iconográficos para nos expressarmos (MARCUSCHI, 2010).

Outro ponto a ser levado em consideração é que nem a fala nem a escrita têm intrinsecamente aspectos positivos e negativos; assim, não há uma modalidade que seja superior à outra, sendo necessário, para que esses tipos de relações sejam estabelecidas, que se observe o que se está comparando e a heterogeneidade dessas relações, que variam conforme os usos. Sobre isso Bagno (2013) afirma: “Existe, portanto, fala espontânea e escrita espontânea, como também existe fala formal e escrita formal.” (BAGNO, 2013, p.89).

A oralidade, então, é uma prática social com objetivos de interação definidos, que se manifesta em diferentes gêneros textuais por meios sonoros. A mesma pode variar entre formas mais ou menos formais, a depender do contexto de uso. Já a fala é, para Marcuschi, “uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral” (MARCUSCHI, 2010). A fala é caracterizada pela utilização da língua em forma de sons, com algumas características específicas, envolvendo aspectos prosódicos e outros recursos expressivos, como gestos e movimentos do corpo. A escrita, da mesma maneira, é uma forma de “[...] produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica...” (MARCUSCHI, 2010, p. 26).

2.3 Processos de ensino aprendizagem

Para que haja um processo de ensino e aprendizagem significativo, é necessário primeiramente que ocorra uma mediação entre o educador, que levará o conhecimento da língua portuguesa e suas variações ao educando. O professor deve incluir em suas aulas atividades específicas com o intuito de garantir a aprendizagem de seus alunos nos diversos âmbitos sociais, principalmente fora do ambiente escolar.

A escola juntamente com o professor, deve levar os alunos a compreenderem que a língua varia de acordo com a região, classe social, país e etc., ou seja, é importante que o professor busque levar os alunos a compreenderem que não existe uma maneira única de se falar correto, mas que existem variações linguísticas e todos os indivíduos a possuem. Para que os alunos compreendam, primeiramente a escola deve entender que não basta somente saber ler e escrever, mas deve aprender também a dominar a linguagem, e só depois desse processo é que a compreensão deve ser compartilhada com os mesmos.

É impossível falar de processo ensino aprendizagem sem falar do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), que são as referências para os Ensinos Fundamental e Médio de todo

o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Em sua abordagem, os parâmetros curriculares nacionais definem que os currículos e conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas que as práticas docentes devem encaminhar os alunos rumo à aprendizagem.

Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais estão ajudando para que a escola se livre de vários mitos, evitando assim que a cultura de fala de muitas pessoas seja apagada ou considerada inferior. Mas ainda precisamos esperar para ver todos esses esforços serem refletidos na prática, e para isso os livros didáticos já estão um pouco modificados para acompanhar as novas concepções.

Porém, o tratamento didático dos conteúdos deve refletir a visão epistemológica do professor. Dessa forma, é necessária uma concepção sobre as práticas de linguagem a serem trabalhadas, para que as estratégias propostas sejam adequadas aos objetivos perseguidos. De acordo com o PCN, ensinar língua oral:

[...] deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas (exposição, relatório de experiência, entrevista, debate etc.) e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (debate, teatro, palestra, entrevista etc.). (BRASIL, 1998, p. 67-68).

Isso quer dizer que não basta deixar o aluno falar para que a oralidade seja contemplada na sala de aula, mas é necessário um trabalho mais estratégico a partir dos recursos dessa modalidade, principalmente daqueles ligados a um estilo mais formal. É nesse ponto que ocorre um equívoco cometido por quase todos os livros didáticos de português. Ao proporem atividades supostamente orais, na verdade, tais atividades são apenas de escrita informal. Em outras palavras, é comum encontrarem-se nos livros didáticos atividades que envolvem charges, tirinhas, histórias em quadrinhos, sendo elas rotuladas como exercícios de oralidade.

Na verdade, tais exercícios não levam o aluno a falar coisa alguma, não se constituindo assim como uma atividade de oralidade. São, por assim dizer, atividades que envolvem uma escrita informal, recolhendo em si apenas marcas da linguagem falada. Porém, tais marcas se colocam por escrito e os exercícios que os alunos fazem a partir desses gêneros textuais são puramente escritos.

3. Metodologia

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, tendo em vista que utilizamos como objeto de análise o livro didático Português: Linguagens “8º ano” de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Nossas fontes de pesquisas foram desenvolvidas mediante análise e fichamento de livros, sites da internet, alguns periódicos e revistas pedagógicas eletrônicas com base em autores como: Monteiro (2000), Mussalim e Bentes (2012), Bagno (2013), Marcuschi (2010), Rojo (2006), entre outros, no intuito de confrontar diferentes teorias para uma melhor compreensão sobre o assunto.

A pesquisa qualitativa é entendida, por alguns autores, como uma “expressão genérica”. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas. Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do

fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]. Em suma, todo trabalho científico, toda pesquisa, deve ter o apoio e o embasamento na pesquisa bibliográfica, para que não se desperdice tempo com um problema que já foi solucionado e possa chegar a conclusões inovadoras (LAKATOS & MARCONI 2001).

A pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o problema da investigação. É fundamental a todos os demais tipos de investigação, já que não se pode fazer o estudo de algo, sem identificar o que já foi produzido sobre o assunto, evitando tomar como inédito o conhecimento já existente, repetir estudos já desenvolvidos, bem como elaborar pesquisas sem fundamentação teórica.

4. Análise sociolinguística do livro didático

O material didático analisado foi o livro *Português: Linguagens* do 8º ano de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, o livro possui 240 páginas e se divide em quatro grandes unidades com quatro capítulos cada uma. Cada unidade se inicia com um poema e uma imagem sobre o tema que será abordado, além da seção “Fique Ligado! Pesquise!” com sugestão de livros, filmes, sites e pesquisa sobre o assunto. Cada capítulo conta também com um tópico específico para as questões analisadas nesse trabalho, chamado: “De olho na escrita”, onde é feita uma análise sobre os assuntos estudados no capítulo, relacionando sempre a questão da escrita e em alguns casos da oralidade.

O livro apresenta um projeto gráfico moderno e atraente, por meio do qual seus textos e imagens se tornam fonte de informação e reflexão, além de buscar a interação de várias linguagens. Como podemos observar, a produção escrita baseia-se no estudo dos gêneros e tipos textuais, sendo modelo para a produção dos alunos. As propostas de oralidade, mesmo não sendo muitas, contemplam produção e escuta de gêneros orais públicos e formais, e as atividades do eixo linguístico mesclam conteúdos tradicionais de gramática com conhecimentos textuais e discursivos.

De acordo com Bagno (2013), a falsa ideia de que a fala é informal e a escrita é formal, é um dos equívocos encontrados em vários livros didáticos, e não é diferente no livro *Português: Linguagens*. Vejamos esse exemplo:

Imagem I

Leia a tira a seguir, de Ziraldo, e responda às questões de 6 a 8.



Imagem II

8. A situação mostrada na tira é informal e, por isso, as personagens utilizam uma linguagem coloquial. Como ficariam as frases a seguir caso a situação exigisse o emprego da variedade padrão formal?

- Cê viu o Jason?
- “Quase chorei quando afogaram ele!”

(CEREJA E MAGALHÃES, 2009, p.30).

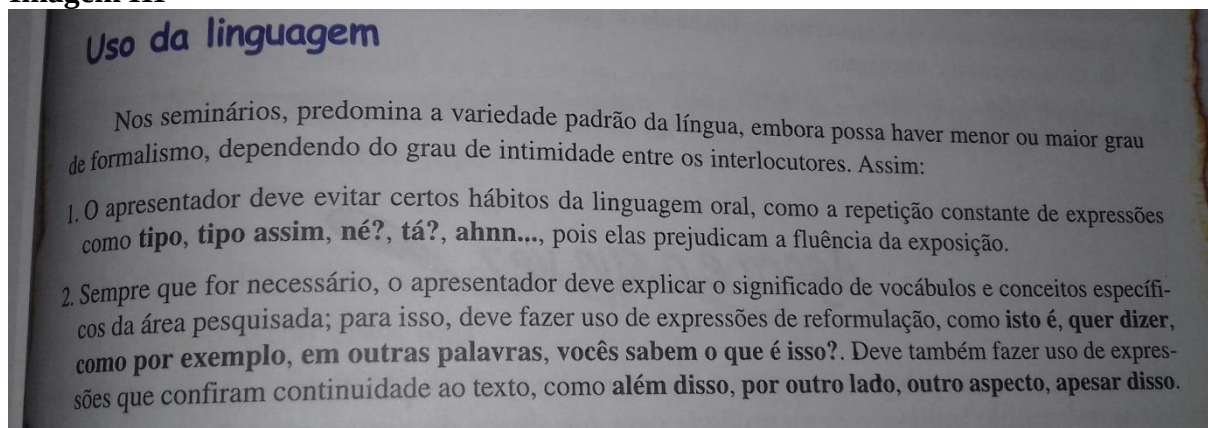
Como mostra na imagem I, o primeiro momento da atividade proposta pelo livro é apresentada uma tirinha do personagem menino maluquinho, onde ele aparece conversando com mais dois amigos de maneira informal, no segundo momento na imagem II, tem a questão para ser respondida sobre a conversa que aparece na tirinha, e a atividade solicita que reescrevam a frase de acordo com a variedade padrão formal, ou seja, é mais uma tentativa de separar a fala da escrita ligando sempre esse conceito de informalidade ou coloquialidade a fala e a formalidade ou o termo culto à escrita.

Ainda de acordo com Bagno (2013)

“na equiparação de culto com formalidade se deixa de lado a separação entre a variação social e variação estilística, a associação de culto com escrita desconsidera a variação diamésica, isto é, a variação no uso dos meios semióticos para expressão verbal: fala e a escrita.” (BAGNO, 2013, p.90).

Variação diamésica é a diferença entre fala e escrita, os estilos que se usam de acordo com o ambiente. Sobre isso, também foi encontrado exemplos no livro Português: Linguagens. Exemplo:

Imagem III



(CEREJA e MAGALHÃES, 2009, p.227).

Existem várias situações em que necessitamos nos expressar oralmente de maneira formal, por exemplo, em uma entrevista de emprego, um seminário (Como sugerem os autores Cereja e Magalhães na imagem III), uma palestra, uma arguição oral em um concurso público, uma reunião de negócios, etc. Por outro lado, é preciso reconhecer que a oralidade possui certas características que a distinguem sensivelmente da expressão escrita. A principal delas diz respeito aos momentos de produção e recepção do texto: na comunicação oral, eles são simultâneos — à medida que você fala, seu interlocutor ouve; já na comunicação escrita, existe uma defasagem entre o momento de produção e o de recepção. Alguns exemplos a esse respeito podem ser observados na tabela no item 3.1 desse trabalho.

O que podemos observar na imagem III é que o LD alerta o aluno para o fato de que o uso da língua se adéqua a determinados tipos de situação. Outro ponto importante também é que o LD traz, algumas vezes, atividades de transcrição/reescrita de expressões ou palavras na variedade informal do texto, esses dois pontos observados são de relevância para o aprendizado a respeito das variedades existentes na língua para os alunos.

5. Considerações finais

Diferentemente da fala, a escrita surge de um processo de aprendizagem formal e requer procedimentos pedagógicos e prática contínua. Não há certo ou errado no uso da língua, o que há na verdade é uma forma adequada ou inadequada de usar a linguagem num determinado contexto.

Nesse trabalho constatou-se que o LD Português: Linguagens do 8º ano aborda de maneira superficial os conteúdos sobre a relação entre a fala e a escrita que contemplam o tema da variação linguística. Também foi possível discutir acerca do papel e da influência que a escola e o professor podem e devem exercer em favor dos alunos no processo ensino aprendizagem, e que é possível utilizar-se de diversos tipos de gêneros que abordem esses aspectos linguísticos. Porém, percebe-se que não basta somente os livros abordarem a temática de maneira teórica, é necessário que haja uma aplicação efetiva de práticas desses conhecimentos linguísticos a fim de que favoreça o aprendizado de cada aluno.

Em relação à abordagem da variação linguística no LD, foi possível observar que de um modo geral, trabalha em uma perspectiva que não permite uma reflexão mais profunda dessa questão, quando deveria privilegiar um ensino que favoreça ao educando atingir sua competência linguística, considerando os aspectos textuais e discursivos da situação de comunicação. O resultado é de que não basta os livros apresentarem os contextos de variação linguística, é preciso que haja aplicação efetiva entre esse conhecimento linguístico e a prática que contemple o mundo de referência do aluno.

Quanto aos PCNs, eles orientam para uma prática pedagógica voltada para a diversidade linguística e que o professor precisa ser mediador para que o aluno compreenda o processo de aquisição de linguagem. Importante mostrar ao aluno que a língua é dinâmica está sempre em processo de mutação, que existem muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados.

Pensando assim, para que os alunos obtenham resultados positivos, é necessário que os mesmos se utilizem de práticas em seus cotidianos, o que favorecerá e ampliará o conhecimento acerca da língua e da escrita, para isso propomos uma sugestão de atividade que pode ser trabalhada em sala de aula, para que algumas questões relacionadas a esses assuntos sejam posta em prática. (Ver item 5.1).

Finalizando, para obterem um excelente resultado, os alunos precisam de muita prática no dia a dia em sala de aula ou fora dela, para que se familiarizem com a escrita e consigam expor sua linha de raciocínio sem prescindir da norma padrão ou culta de sua língua.

Referências

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola, 2013.

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza C. **Português: Linguagens, 8º ano**. Língua portuguesa. 5. ed. reformulada. São Paulo: Atual, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Cristina Ana (orgs). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 9.ed. ver. São Paulo: Cortez, 2012.

ROJO, Roxane. **As relações entre fala e escrita**: mitos e perspectivas - caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.